

vel, como a quintuplicação da linha de crédito para micro e pequenos empresários pelo Bandope. O encaminhamento de soluções, no entanto, depende basicamente de políticas nacionais".

A saúde pública surge em seguida, como o segundo maior problema a ser enfrentado, com 41,7 por cento das indicações, sucedido pelo menor abandonado (34,7 por cento), segurança pública (33,5 por cento), habitação (26 por cento), transportes (25,1 por cento), da educação e abastecimento de alimentos, com 23 por cento cada. A soma dos índices supera os 100 por cento porque os entrevistados puderam indicar várias opções num conjunto de problemas.

Na avaliação dos eleitores ouvidos pelo Ibope as maiores dificuldades do Governador Miguel Arraes estão na crise econômica e na falta de apoio do Governo Federal, com 14,3 por cento das indicações. Segue-se a conjuntura política, com 2,7 por cento, e a seca, com 2 por cento. A maior proporção dos entrevistados (32,1 por cento) classificam como "ruins" ou "péssimas" as relações do Governo do Estado com o Governo Federal, responsabilizando este último — 43,9 por cento — pela situação. Apenas 5,3 por cento dos entrevistados responsabilizaram isoladamente o Governo do Estado.

Política

Segundo o Ibope, o PMDB é o partido que tem a preferência, por larga margem, dos eleitores pernambucanos. Na menção espontânea ele recebeu 37 por cento das opções, seguido do PFL com 13,1 por cento, do PT com 4,3 por cento, do PDS com 2,3 por cento e do PDT com 1,7 por cento. Os demais partidos obtiveram menos de 1 por cento das opções. Na menção estimulada quando o entrevistado é convidado a escolher uma legenda dentre uma lista que lhe é apresentada — as indicações favoráveis ao PMDB crescem para 42,4 por cento, contra um avanço para 15,9 por cento do PFL, 4,7 por cento do PT e 2,1 por cento do PDC. O PDS recua para menos de 1 por cento, posição na qual também permanecem os demais partidos.

A posição do PMDB é especialmente favorável entre os homens (43,4 por cento), eleitores de 25 a 39 anos (46,4 por cento), com renda de até 2,5 salários mínimos (44,8 por cento) e baixo nível de instrução (46,6 por cento). Das regiões do Estado, o partido, segundo o Ibope, tem 45 por cento das preferências na Capital, 51,2 por cento na Região Metropolitana, 37 por cento no Agreste, 47,8 por cento na Zona da Mata e 31,1 por cento no Sertão.

Para o Secretário de Imprensa Luiz Ricardo Leitão, "estes índices permitem concluir que o desgaste sofrido pelo PMDB, ao dividir a administração do País na Aliança Democrática, não alcançou o partido em Pernambuco. Ele vem mantendo suas posições históricas, sobre o lastro de uma linha política firme, ideologicamente definida por suas principais lideranças, ao lado do respaldo da administração do Prefeito Jarbas Vasconcelos, no Recife, com repercussões em toda Região Metropolitana, e da consolidação do Governo Arraes, com nove meses de administração".

Entre os políticos do PMDB, Miguel Arraes é o preferido pelos pernambucanos como candidato a Presidente da República, com 47,2 por

cento das opções, sendo seguido por Ulysses Guimarães (18,2 por cento), Orestes Quêrcia (6,6 por cento) e Mário Covas (5,9 por cento). No confronto com outros nomes lembrados como possíveis candidatos Arraes fica com 28,4 por cento das indicações dos pernambucanos. Antônio Ermírio com 13,2 por cento, Leonel Brizola com 10,2 por cento, Luiz Inácio Lula da Silva com 7 por cento e Aureliano Chaves com 5,2 por cento.

Os eleitores entrevistados pelo Ibope, no entanto, preferem que Miguel Arraes continue à frente do Governo de Pernambuco. Deles 35,6 por cento concordam com a sua saída para disputar a Presidência, sendo superados pelos que discordam: 45,1 por cento. Uma posição que coincide com a do Governador, de opinião que seu principal compromisso político, neste momento, é exercer seu segundo mandato popular à frente do Executivo.

O SR. RUY NEDEL (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Parece-me válido o registro de um dado que o jornalista Janio de Freitas deixou na **Folha de S. Paulo** de ontem, dia 3 de janeiro, deixando claro, em sua pesquisa, em sua análise o fato de que as 317 assinaturas do Centrão perfazem somente 30,4% do eleitorado que trouxe os Constituintes para esta Casa.

Tenho, inclusive, afirmado repetidamente a necessidade de que a Constituição tenha raios para todos os setores, para que a sociedade possa andar harmonicamente. Tenho dito também que uma minoria de 1% do povo brasileiro é uma minoria insignificante, mas representa 1 milhão e 400 mil brasileiros; e que 1 milhão e 400 mil brasileiros podem promover um caos social gigantesco em nossa Pátria. Se esses 30% comandarem as regras básicas que vão reger a nossa Pátria no novo ordenamento jurídico com a nova Constituição, acabarão descontentando 69,6% do eleitorado. Isto não deixará nossa Nação tranqüila e a sociedade não aceitará.

Eu queria, além deste fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, referir-me aqui a um artigo do jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, datado de 30 de dezembro de 1987, de autoria do jornalista Sérgio da Costa Franco, Promotor por muitos anos, é advogado, não é médico, em que elogia o sistema de cooperativismo médico em nosso Estado, o avanço que está tendo, e o espaço gigantesco que existe entre Medicina estatizada e Medicina privatizada.

Quero, especialmente, parabenizar a UNIMED de Porto Alegre pelo crescimento, expansão significativa de 27% de suas atividades apenas no ano de 1987.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RUY NEDEL EM SEU DISCURSO:

MÉDICOS

Sérgio da Costa Franco

Sempre fui um crente sincero nas virtudes do cooperativismo. Nem mesmo os desastres frequentes em que não desaguar muitos experimentos cooperativos são suficientes para abalar minha fé. O sistema em si é perfeito. A falta de educação

específica dos aderentes das cooperativas, a ausência de espírito coletivista e a exacerbação das paixões individuais é que podem fazer naufragar as melhores iniciativas do cooperativismo. Mas sempre resta a esperança de que uma melhor divulgação dos conceitos de cooperação, o estímulo efetivo dos governos e a criação de padrões culturais afeiçãoados ao cooperativismo venham a torná-lo plenamente viável, como já é em diversos países.

Li ontem, com prazer, no Informe Econômico do colega Affonso Ritter, que a cooperativa médica Unimed, da Região Metropolitana de Porto Alegre, está terminando o ano de 1987 com uma expansão de 27% em suas atividades. É notícia digna de ser aplaudida com entusiasmo. Porque o sistema de cooperação entre os profissionais da Medicina parece, fora de dúvida, o mais aconselhável para assegurar a autonomia dos profissionais, sem tolher, por outro lado, a liberdade de escolha a ser exercida pelos pacientes. Todos os sistemas, quer de medicina socializada, quer de medicina empresarial, em que não é lícito ao paciente fazer a livre escolha de seu clínico, podem conduzir a um difícil relacionamento entre o profissional e o doente. De outra parte, os crônicos problemas salariais entre o médico e os seus empregadores terminam por gerar situações de desconforto pessoal e incomformidade, que facilmente se descarregam sobre o desarmado e inócente cliente.

Reunindo, a esta altura, cerca de 3.500 médicos cooperativados, a Unimed presta assistência a empresas e a famílias a custos muito satisfatórios, ao mesmo tempo assegurando remuneração digna e pronta ao trabalho dos profissionais associados. Entre a medicina previdenciária e a estritamente privada, existe um largo espaço para a expansão do cooperativismo médico.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reiniciam-se, hoje, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, após um breve recesso de quinze dias, sob grande expectativa de todos os segmentos da sociedade brasileira, sequiosos por conhecerem, sem mais qualquer protelação, o texto da nossa futura Carta Magna.

Nos últimos sessenta dias, as atenções dos parlamentares concentraram-se em projetos e substitutivos de alteração do Regimento Interno, numa pendência enervante, que exigiu do Presidente Ulysses Guimarães ingentes esforços, em meio a uma articulação frustrada que congregou líderes de partidos e de blocos, em reuniões intermináveis e discussões inconclusas.

Ainda houve quem, através de declarações à imprensa nos últimos dias, irrogasse à face do dirigente máximo da Assembleia a increpação insidiosa e despropositada de ser responsável pela injustificável protelação, quando, nos registros dos principais Órgãos de Comunicação Social, se tornaram patentes as exaustivas gestões que ele empreendera, na busca de soluções consensuais, capazes de impulsionar os trabalhos de elaboração constitucional.

A todos os parlamentares, no contato com as respectivas bases estaduais, chegaram apelos veementes para que concluíssem a tarefa patriótica de feitura da nova Lei Fundamental, sem o

que os rumos da nossa vida política, econômica e social permanecerão indefinidos, à espera de que sejam conhecidos os parâmetros norteadores da estrutura jurídica do País.

Editoriais, artigos e entrevistas tomaram conta dos jornais, rádios e televisões; entidades representativas de categorias econômicas e profissionais se arremeteram, unisonadamente, em favor de uma nova Lei Maior, consubstanciadora de inovações que tragam a desejada segurança política às instituições democráticas; religiosos, nos púlpitos e associações laicas, clamaram por um apressamento do debate a que nos entregamos, desde 1º de fevereiro de 1987; enfim; é a sociedade civil mobilizada para exigir de seus representantes nesta Casa uma celeridade de ação que se reflita na imediata promulgação do novo Documento Básico.

Cada um — Senador ou Deputado — tem consciência formada em torno de tudo o que possa suscitar polêmica na fixação dos títulos, capítulos, seções, subseções, artigos, parágrafos e alíneas já inseridos no projeto originário da Comissão de Sistematização.

Para que a Assembléia Nacional Constituinte não decepcione os milhões de eleitores, responsáveis pelo mandato dos seus 559 integrantes, torna-se imperiosa a imediata efetivação, a nível de plenário, do debate constitucional, pondo-se fim à prolongada demanda em torno da Lei interna que se arrasta há tanto tempo.

Se o sistema de governo será presidencialista ou parlamentarista; se o mandato do Dr. José Sarney será de quatro ou cinco anos; se haverá ou não estabilidade no emprego; se a jornada de trabalho terá 40 ou 44 horas; se a reforma agrária estará assegurada de maneira realística; se o conceito de empresa nacional preservará o País das multinacionais; tudo isso precisa ser esclarecido, mediante a inserção no bojo da próxima Carta de normas explícitas, em razão de cuja aplicabilidade resultem a consolidação do período de transição democrática, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social do povo brasileiro.

Já agora são os governadores que se dispõem a estimular o afã dos constituintes, partícipes, também, do processo de normalização político-institucional.

Assim, todas as classe sociais — desde as elites dirigentes aos demais setores da nossa população — consentiram-se de que devem pressionar legitimamente a Assembléia, induzindo-a a última a missão histórica que lhe foi delegada expressamente, de dotar o Brasil de uma Lei Magna, ajustada às aspirações da nacionalidade.

A partir de agora, ouve-se, em todo o nosso Território, num verdadeiro anseio coletivo, a proclamação reiterada do lema: "Constituição, Já", a que não podem ficar indiferentes os Membros deste Plenário soberano. (Muito bem!)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Território Federal de Roraima teve a sorte de ser contemplado com a instalação do Banco de Roraima S/A, em 1969, que tanto empolgou o seu povo, de modo que em apenas um dia as suas ações foram integralmente vendidas. Nos primeiros dez anos o Banco lutou para sobreviver,

tendo a União, acionista majoritária, lhe dedicado um verdadeiro esquecimento, restando-lhe o apoio ténue de pequenos aportes financeiros do orçamento do Governo do Território.

Em 1978, nove anos após a sua instalação, a situação do Banco era tecnicamente muito precária. Nos anos seguintes, a União, através do Ministério do Interior, concedeu pequenos aportes financeiros para o aumento do capital. Nesse mesmo período, o Banco passou a sofrer represálias do próprio Governo do Território, em razão de não ter a sua diretoria aprovado crédito para uma empresa de Belém, recomendada pelo então Governador, culminando essas represálias com a retirada dos recursos do Território que seriam a base de caixa para a recuperação da Instituição.

Nessa época, apesar das dificuldades, foi implantada a Carteira de Desenvolvimento, que embora não representasse um resultado quantitativamente substancial, muito contribuiu em termos de apoio aos setores produtivos, aos microempresários, aos produtores rurais, através de aplicações de recursos do BNDES, BACEN, FINEP, FINEP, EMBRATUR, BNH, CEF, entre outros. Foi intensificado o programa habitacional, com a construção de novos conjuntos habitacionais em Boa Vista, Caracará e Mucajá.

Em 1984 e 1985, eram evidentes os sinais de recuperação do Banco. Porém, em 1986, com o Plano Cruzado, houve uma pesada sangria, reduzindo as taxas de aplicação de 10% ao mês para 2%, enquanto a folha de pagamento dos funcionários era reajustada em 62%, refletindo imediatamente nos resultados financeiros, cujas perdas aumentaram significativamente, agravando-se com a tabela de conversão da moeda e a deflação das operações. Mesmo diante desse quadro, não recebeu o Banco qualquer compensação em termos de aporte de recursos para o seu Capital, por parte da União.

Ora, o capital já enfraquecido por todos esses fatores, além do processo inflacionário, e as necessárias aplicações de caráter de desenvolvimento que quase nada geram de receita, mas que são a função primordial do Banco e que por si só justificam a sua existência.

Com o Plano Bresser e a sua "tablita", mais perdas no combalido patrimônio líquido do Banco.

Para evitar as falências ocorridas em outras Unidades da Federação, o que para a frágil economia do Território seria o caos, o Banco criou um plano de recuperação para salvar os empresários, mas que não poderia lhe render ganhos substanciais.

O Banco de Roraima possui apenas 437 (quatrocentos e trinta e sete) funcionários, não representando, portanto, a sua folha de pagamento despesa significativa a pesar no déficit público do País, de forma a se defender a sua extinção.

A seguir, dou um quadro sintético da situação do Banco, levantada em princípio de dezembro:

1 — não tem nenhuma dívida pendente com o BACEN ou com qualquer agência federal repassadora de créditos para empréstimos a órgãos, empresas, comércio, indústria ou crédito rural;

2 — o BACEN cobrou em 1987 multas relativas a saques eventuais em descoberto desde 1984, somando mais de Cz\$ 400 milhões, inibindo a capacidade de aplicação do Banco. Mesmo assim, a posição atual do Banco é positiva na conta de reservas bancárias;

3 — o Banco tem recorrido ao mercado financeiro capitando e aplicando para gerar receitas adicionais que contribuam para restaurar a sua normalidade operacional;

4 — há cinco anos o Banco não recebe, mesmo sendo federal, aporte da União para o seu capital social. Não deixou, contudo, de exercer o seu papel de agente principal do desenvolvimento regional no Território.

	CZ\$ Milhões
Capital Atual	49
Reservas de Correção Monetária do 1º Semestre	140
Recurso do Território para aumento de capital 87/68	25
Recurso da União para aumento de capital 87/66	60
Recurso do Território para aumento de capital 88	50
	344
Recurso de Correção Monetária do 2º Semestre (estimativa)	150
Valor possível de correção de capital 1º trimestre 1988	494

Pelo exposto, Sr. Presidente, verifica-se que não há nenhuma justificativa capaz de respaldar a intenção propalada de se extinguir o Banco de Roraima.

Apelo, pois, ao Sr. Ministro do Interior e ao Senhor Presidente da República, bem como ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, no sentido de que garantam a consolidação do nosso Banco de Roraima S/A. (Muito bem!)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi-se o tempo em que o dinheiro era guardado, aliás com segurança, em casa. Os negócios eram simples: o comprador entregava a sacola de dinheiro e levava a mercadoria, uma partida de gado, uma safra de arroz, ou qualquer outro produto.

Tudo era feito com simplicidade, sem burocracia, sem papelada. Valia a palavra e a honra de quem a empenhava. Prevalcia a confiança e a seriedade. A base da prosperidade, individual ou local, era a capacidade para o trabalho e a inspiração para decidir.

Mudaram muito as condições de progresso no mundo atual. Hoje, ninguém tem dinheiro próprio para investir, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. A atividade econômica ficou na completa dependência do financiamento bancário e dos incentivos públicos.

O progresso se atrelou ao Banco. Não se paga uma conta, não se recebe salário ou provento de aposentadoria, não se faz investimento, sem a participação ostensiva das instituições bancárias.

O Banco tornou-se o símbolo do desenvolvimento. Se a comunidade conta com uma vasta